



Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seção Sindical do ANDES-SN - Sindicato Nacional.

Adur

número 110
Em 28 de julho de 2008
www.adur-rj.org.br
imprensa@adur-rj.org.br

informa
on line



**Organização
Sindical e
defesa do
ANDES-SN**

Tema do III Congresso Extraordinário do Sindicato Nacional

Brasília, 19 a 21 de setembro

O ANDES-SN realizará seu III CONGRESSO Extraordinário entre os dias 19 e 21 de setembro, em Brasília. O evento foi requerido pelo 53º CONAD (Palmas - TO) e será organizado pela diretoria do ANDES-SN. Segundo o presidente do Sindicato Nacional, *Ciro Correa*, o objetivo é “organizar um amplo movimento de denúncia e de reação à negação do registro sindical do ANDES-SN”. **LEIA MAIS NA PÁGINA 2**

Veja ainda: Congresso da Conlutas discute a reorganização da classe trabalhadora

Leia nas páginas 3 e 4

Organização Sindical e defesa do ANDES-SN



O ANDES-SN realizará seu III Congresso Extraordinário entre os dias 19 e 21 de setembro, em Brasília, com o tema “Organização Sindical e a defesa do ANDES-SN”. O evento foi requerido e aprovado durante o 53º CONAD, em Palmas (TO). A diretoria do Sindicato Nacional organizará o III Congresso Extraordinário, com o objetivo de realizar um “amplo movimento de denúncia e de reação à negação do registro sindical do ANDES-SN”, nas palavras do presidente recém-empossado, Prof. Ciro Correia.

A suspensão do registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE impede o ANDES-SN de representar seus filiados como substituto processual em ações judiciais e é resultado de ações impetradas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura - CNTEEC e a Confederação dos Trabalhadores em Educação de Ensino - CONTEE, ambas de 1991. Ambas requerem a representatividade dos docentes das instituições particulares.

Embora esse entrave burocrático não afete a legitimidade e o histórico de conquistas que o ANDES-SN trouxe para os docentes e, conseqüentemente, para a universidade pública, o governo tem se valido dessa disputa judicial para prejudicar o ANDES-SN, baixando sucessivas normas que têm gerado dificuldades para o pleno funcionamento da entidade. Ciro Correia enfatiza que a postura do governo demonstra o caráter político da perseguição que o sindicato vem sofrendo.

Ciro destaca que “o ANDES-SN sempre defendeu a independência e autonomia sindical, a organização pela base e o fim das contribuições sindicais compulsórias. Dado seu histórico de lutas em defesa da educação pública, por mais verbas para a educação em todos os níveis, sucessivos governos começaram a se incomodar com a ação crítica do ANDES-SN”.

A quem interessa dividir o ANDES-SN?

Em novembro de 2004, a Associação dos Docentes da Universidade de Campinas produziu o material “Caderno ADUNICAMP Especial” intitulado: “Governo institui o neo-peleguismo sindical - o ataque ao ANDES-SN”.

O dossiê de 40 páginas revela como o governo Lula incentivou o surgimento do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) com o intuito de dividir e, conseqüentemente, enfraquecer a classe trabalhadora docente.

De acordo com a publicação da ADUNICAMP, ao tentar interferir em sindicatos, o governo Lula tem o “objetivo de calar as vozes de oposição a suas políticas neoliberais, por meio das contra-reformas da previdência, da educação superior, sindical e trabalhista”.

O dossiê relembra que, durante o 49º CONAD (Brasília, 2004), a Diretoria do Sindicato Nacional divulgou um documento “comprovando que a proposta de criação de uma nova entidade para representar apenas os professores das universidades federais – Proifes – foi articulada e debatida em reunião da qual participaram Tarso Genro e Fernando Haddad (então ministro da Educação e secretário executivo do MEC) junto com um grupo de docentes de universidades federais, todos ligados ao grupo que perdeu as eleições do ANDES-SN em 2004 (alguns participantes da reunião também são da diretoria automeada do Proifes e integraram a chapa 2 nas referidas eleições).

Na mesma reunião com o MEC, foi debatida a edição da MP 208, que definiu o reajuste salarial da categoria - algo jamais acontecido nem mesmo nos embates mais cruciais entre governo e sindicato - e a ampliação das gratificações por produtividade”.

O dossiê, devidamente documentado, relata que em setembro de 2004 o ANDES-SN tomou conhecimento do apoio governamental ao Proifes. Primeiramente,

os representantes do governo ignoraram a correspondência enviada pelo Sindicato Nacional, solicitando audiência com o MEC para tratar do tema. Posteriormente, o Ministro da Educação negou qualquer ligação com o Proifes - embora existam provas do contrário.

O ANDES-SN, diante das provas que possuía, notificou extra-judicialmente o Secretário Executivo Adjunto do MEC, Jairo Jorge, em setembro daquele ano.

Um mês depois, o governo manifestava-se, expressando estranheza pelo fato de o Sindicato Nacional não ter solicitado o diálogo com o governo - embora o ANDES-SN tivesse enviado correspondências que foram ignoradas pelo MEC.

Em outubro de 2004, o Jornal da Ciência/SBPC divulgava o resultado da Assembléia que elegeu a diretoria do Proifes, que, embora não possuía legitimidade para representar a categoria docente, tem sido chamada à mesa de negociação pelo governo federal, para que participe de deliberações que incidem diretamente na carreira e no salário dos professores, juntamente com os representantes do ANDES-SN.

O da ADUNICAMP apresenta as nominatas da chapa 2, concorrente ao Sindicato Nacional e não vitoriosa no pleito de 2004, e a da diretoria do Proifes. Ambas são formadas praticamente pelas mesmas pessoas.

Desde 2004, o Sindicato Nacional e as suas seções sindicais têm denunciado e repudiado a prática do paralelismo sindical, que tem sido estimulada pelos patrões, para enfraquecer a luta dos trabalhadores tentando desestabilizar suas formas organizativas constituídas historicamente. Tal prática é utilizada pelo governo como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos.

O ANDES-SN e suas seções sindicais não reconhecem o Proifes como entidade legítima para negociar, intervir ou participar do movimento sindical em nome dos docentes das IES.

Congresso da Conlutas discute a reorganização da classe trabalhadora



Congresso reúne mais de 3,5 mil ativistas sociais

O 1º Congresso da Conlutas, realizado entre os dias 3 e 6 de julho, em Betim (MG), reuniu 3.500 pessoas, com 2.805 delegados representando 500 entidades e 175 sindicatos. O ANDES-SN e suas seções sindicais participaram ativamente das discussões realizadas no Congresso da Coordenação Nacional de Lutas, que contou com a participação de 84 docentes.

Dentre eles, esteve a delegação da ADUR-RJ S. Sind., que foi representada pelos professores Ana Cristina Souza dos Santos, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Luis Mauro S. Magalhães e Rômulo Garcia Andrade, que debateram diversas questões ligadas ao processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira.

Representatividade pelo voto

Várias resoluções foram aprovadas pelo Congresso da Conlutas, como a reafirmação do caráter sindical e popular da Coordenação, que representa movimentos estudantis, sindicais, agrários e populares. A representatividade desses

movimentos na Coordenação Nacional da Conlutas terá peso diferenciado, sendo o do movimento sindical maior em relação ao dos demais, embora não tenha sido estabelecida a proporção das deliberações de cada entidade. Tal decisão será tomada após o amadurecimento das discussões sobre o assunto no interior da Conlutas.

Em relação ao movimento estudantil, foi deliberado que os votos das entidades na Coordenação Nacional da Conlutas não poderão exceder 10% do total de votos na reunião. A Conlutas também criará uma secretaria executiva, que será eleita por uma plenária de entidades, para organizar as atividades cotidianas da Coordenação Nacional de Lutas.

Classista, combativa e socialista

Durante o Congresso, reafirmou-se o caráter classista, combativo e socialista da Conlutas, que se mantém independente de governos e patrões. A Conlutas faz oposição de esquerda aos governos federal, estaduais e municipais, estando

permanentemente em luta contra o projeto neoliberal.

Ressaltou-se a unidade da Conlutas com outros setores organizados e que prezam por melhores condições para os trabalhadores, como a Intersindical. Ao resistir à fragmentação da luta, em nome da defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora brasileira, os delegados também aprovaram a retomada do Fórum Nacional de Mobilizações, com o intuito de viabilizar a unidade dos setores combativos do movimento num grande pólo de lutas.

No I Congresso da Conlutas, ainda foram debatidas questões relevantes para a luta dos movimentos feminista, negro e GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais).

Moção de apoio ao ANDES-SN

Os 2,8 mil delegados das 500 entidades e 175 sindicatos que participaram do 1º Congresso da Conlutas aprovaram por unanimidade, na plenária

de encerramento, uma moção de apoio ao ANDES-SN, que teve seu registro sindical suspenso em um claro ataque do governo federal à autonomia e liberdade de organização sindical.

A moção será endereçada para: Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Planejamento, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Presidência da Câmara Federal, Presidência do Senado Federal, líderes dos partidos na Câmara Federal, líderes dos partidos no Senado Federal e ANDIFES (Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

Na abertura do I Congresso da Conlutas, o presidente do ANDES-SN, Ciro Correia, conclamou os presentes a protagonizarem uma ampla campanha em defesa da liberdade sindical. “O ANDES-SN tem sido vítima de perseguições políticas que podem atingir outros sindicatos combativos que não se rendem as pressões do governo. Por isso, a luta em defesa do direito de livre organização deve ser de todas as entidades comprometidas com a causa dos trabalhadores”, disse.

Ciro Correia afirmou que, ao longo dos seus quase 30 anos de existência, o ANDES-SN sempre lutou em defesa de uma universidade

pública voltada para inclusão social, e não para atender aos interesses da elite. Lembrou também que a entidade sempre foi contrária ao imposto sindical, a todas as formas de subordinação dos sindicatos ao Estado e a qualquer mecanismo de financiamento que atrele essas entidades ao poder público, impedindo-as de exercer plenamente sua liberdade e autonomia de organização e de atuação política. Segundo o presidente do ANDES-SN, é justamente em função desta luta que o Sindicato Nacional se tornou alvo dos ataques sucessivos dos governos.

FONTES: CONLUTAS E ANDES-SN

ELAC defende ‘segunda independência’ da América Latina e Caribe

O 1º Encontro Latino-americano e Caribenho dos Trabalhadores – ELAC, realizado nos dias 7 e 8 de julho, em Betim (MG), reuniu 300 delegados (150 brasileiros e 150 estrangeiros) de 21 países para discutir formas de unificar a luta da classe trabalhadora contra a exploração e a opressão dos povos.

Participaram trabalhadores da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, de El Salvador, do Equador, do México, do Paraguai, do Peru, do Uruguai, da Venezuela, do Brasil, dos Estados Unidos, da Suécia, de Portugal, da Rússia, da Irlanda, da África do Sul, da Espanha e do Haiti. Os representantes do Haiti foram muito aplaudidos, em manifestação de respeito e solidariedade diante da ocupação do país por tropas brasileiras.

Ao som da Internacional Socialista, o evento aprovou uma pauta conjunta que prevê a luta por emprego e condições dignas de trabalho para todos, pela independência de classe, pela liberdade sindical, contra as centrais governistas, pela oferta de alimentos baratos, pela reforma agrária e pela nacionalização do comércio exterior dos alimentos com controle dos trabalhadores.

Os delegados se posicionaram contrários às reformas neoliberais, e aprovaram a nacionalização dos recursos naturais dos países sem indenização e com controle dos trabalhadores. Também disseram não às empresas e capital misto, ao apontarem a nacionalização sem indenização total.

A privatização dos serviços públicos também



foi rechaçada pelos delegados, que defenderam o não-pagamento das dívidas interna e externa. Os participantes também se posicionaram contrários aos tratados de livre comércio na América Latina e no Caribe, incluindo o Mercosul.

Os delegados presentes no ELAC aprovaram a luta contra a discriminação dos povos nativos, das mulheres, dos negros e dos homossexuais. Defenderam a luta permanente contra a criminalização dos movimentos sociais (em especial o genocídio que ocorre atualmente na Colômbia, em função do ataque as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC).

Na pauta conjunta, consta ainda o repúdio à presença das tropas brasileiras no Haiti e contra a presença imperialista na América Latina e no Caribe, no Afeganistão, na Palestina, no Iraque e em todos os lugares ocupados por forças militares.

Ao final do evento, os trabalhadores do continente foram conclamados a lutarem por uma “segunda independência”.

Entidades organizadoras

As seguintes entidades convocaram e organizaram o ELAC: Central Operária Boliviana – COB, Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS do Brasil, Batay Ouvriye – BO do Haiti, Tendência Classista e Combativa do Uruguai – TCC, Corrente, Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma – CCURA da Venezuela e Mesa Coordenadora Sindical do Paraguai - MeCosi.

Com informações de ANDES-SN e da CONLUTAS

Extinguir o MST ou o latifúndio improdutivo?

Uma das grandes qualidades do governo Lula é não criminalizar os movimentos sociais, reprimidos no governo FHC até por tropas do Exército. Se Lula os tratasse como caso de polícia, não de política, estaria condenando o próprio passado.

Muitos se lembram das greves e manifestações operárias lideradas pelo atual presidente da República no ABC paulista: os helicópteros do Exército sobrevoando o estádio da Vila Euclides e apontando armas para a assembléia de metalúrgicos; as tropas da PM no cerco à matriz de São Bernardo do Campo, que abrigava as lideranças operárias; as viaturas do Deops prendendo dirigentes sindicais.

Eram tempos de ditadura. Hoje, recuperamos o Estado de Direito, no qual greve, manifestações e reivindicações são direitos assegurados pela Constituição Federal. Exceto no Rio Grande do Sul, onde o arbítrio ainda impera.

Em setembro de 2007, a Brigada Militar, como é conhecida a PM gaúcha, tentou impedir a marcha de três colunas de sem-terra rumo ao município de Coqueiros do Sul. Em relatório entregue ao comandante geral da BM, ao Ministério Público do RS e ao Ministério Público Federal, o subcomandante, coronel Paulo Roberto Mendes Rodrigues, caracteriza o MST e a Via Campesina como “movimentos criminosos”.

Em dezembro de 2007, o Conselho Superior do Ministério Público gaúcho designou equipe de promotores para “promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade”. Quando o Judiciário exigirá o fim do latifúndio?

Decidiu ainda pela “intervenção nas escolas do MST a fim de tomar as medidas necessárias para a readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST”. Essa decisão contraria o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, reconhecido pelo governo brasileiro (Decreto 592, 6/7/92), além de desrespeitar a Constituição Federal.

Em 11 de março deste ano, o Ministério Público Federal denunciou oito integrantes do MST por “integrarem agrupamentos que têm por objetivo a mudança do Estado de Direito” e acusou os acampamentos do movimento de se constituírem “Estado paralelo”, apoiado pelas Farc. Tal afronta bate de frente com as conclusões do inquérito penal da Polícia Federal que investigou o MST em 2007 e concluiu inexistirem vínculos do movimento com as Farc e prática de crimes contra a segurança nacional.



O MST é um movimento legítimo, que mantém 150 mil pessoas acampadas à beira de estradas, evitando que engrossem o cinturão de favelas das cidades. E defende o direito de acesso à terra de 4 milhões de famílias que, nas últimas décadas, foram expulsas do campo pela expansão do latifúndio e do agronegócio, e pela construção de barragens e o aumento dos juros bancários.

Por princípio, o MST adota, em suas ações, o método da não-violência, como faziam Gandhi e Luther King (que, aliás, sofreram acusações semelhantes e morreram assassinados). As áreas ocupadas são improdutivas ou invadidas por grileiros que se apossaram de terras pertencentes ao poder público, como é o caso de muitas fazendas do Pontal do Paranapanema (SP).

O Brasil e a Argentina são os únicos países das três Américas que jamais fizeram reforma agrária. Nosso país é o que possui mais terras cultiváveis no continente, cerca de 600 milhões de hectares, dos quais 710,2 mil km² (59% do território nacional) encontram-se em situação irregular, invadidos por grileiros, posseiros e latifundiários.

Hoje, o MST luta pela democratização da terra de modo a priorizar a produção de alimentos para o mercado interno (120 milhões de potenciais consumidores), por meio de pequenas e médias propriedades, e livre do controle das empresas transnacionais, garantindo soberania alimentar ao nosso país. Uma mudança sustentável da estrutura fundiária requer novo padrão tecnológico capaz de preservar o meio ambiente e implantar no interior agroindústrias na forma de cooperativas, e facilitar a todos o acesso à educação de qualidade.

Não se pode admitir que as terras do Brasil passem à

Por Frei Betto*

propriedade de estrangeiros apenas porque têm mais dinheiro. Elas deveriam estar ao alcance das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Assim, o governo já não precisaria se preocupar em aumentar-lhes a mesada. Mais do que comida, fogão e geladeira, essas famílias precisam ter condições de acesso à terra, de modo a se emanciparem da tutela federal e produzirem a própria renda.

Todos os direitos da cidadania — voto das mulheres, legislação trabalhista, SUS, aposentadoria — foram conquistados por movimentos sociais. E a história de todos eles, em qualquer país ou época, não difere do que hoje enfrenta o MST: incompreensões,

perseguições, massacres e assassinatos (Eldorado dos Carajás, Dorothy Stang, Chico Mendes) etc. Se o preço da liberdade é a eterna vigilância, o da democracia é socializar o poder, evitando que seja privilégio de uma casta ou classe.

** Frei Betto é escritor e publicou vários livros, dentre os quais destaca-se “Batismo de Sangue”*

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está sofrendo uma verdadeira ofensiva de forças conservadoras no Rio Grande do Sul. As oligarquias locais não só querem impedir a divisão da terra, como determina a Constituição Federal, mas pretendem criminalizar os que lutam pela Reforma Agrária e impedir a continuidade do Movimento.

Para tanto, essas forças políticas defensoras de poderosos interesses de grupos econômicos de empresas transnacionais, que estão se instalando no Estado para controlar a agricultura e os latifundiários, estão representadas hoje no governo de Yeda Crusius (PSDB), na Brigada Militar, no setores do Poder Judiciário local e no poder do monopólio da mídia.

O MST-RS apresentou uma denúncia formal, junto a comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que se deslocou até Porto Alegre especialmente para acompanhar a situação.

Neste momento difícil e importante para a democracia brasileira, o MST conchama a sociedade para que enviem cartas de protesto para a Governadora Yeda Crusius e para o procurador geral de Justiça, que é nomeado pela governadora e coordena o Ministério Público Estadual. O modelo do documento está disponível em: www.mst.org.br

ANDES-SN PARTICIPA DA SBPC PARALELA, QUE SE CONTRAPÕE À REUNIÃO OFICIAL

Pelo oitavo ano consecutivo, o ANDES-SN realizou, entre os dias 14 e 17 de julho, em Campinas (SP), a “SBPC Paralela”, contestando as diretrizes da reunião oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O evento é a forma encontrada pelo Sindicato Nacional para expor sua análise crítica das políticas oficiais, já que a organização da reunião da SBPC tem se recusado a inserir na programação oficial os temas propostos pelo ANDES-SN.

As mesas abordaram temas como *ética, ciência e mercado; monocultivos, fundações e o mito do financiamento à pesquisa e o impacto do modelo de avaliação da pós-graduação nas condições de trabalho docente*.

Apesar do desrespeito da organização da reunião anual da SBPC, que arrancou os cartazes do evento paralelo na tentativa de forçar uma baixa participação do público, o evento do Sindicato Nacional foi bastante frequentado. “Na situação política atual, de adesão quase incondicional da direção da SBPC às políticas governamentais, conseguimos fazer o contraponto necessário para uma reflexão criteriosa das políticas oficiais para o setor”, afirma José Vitorio Zago, tesoureiro do ANDES-SN.

Para Solange Bretas, secretária-geral do Sindicato Nacional, ao arrancar os cartazes divulgados pelo ANDES-SN, a organização da reunião anual da SBPC assumiu seu incômodo perante as críticas do movimento docente à situação do setor de ciência e tecnologia.

SBPC Paralela se consolida como espaço de discussão

Ciro Correia, presidente do Sindicato Nacional, afirmou que a SBPC paralela é um evento importante porque se consolidou como um espaço de discussão dos aspectos das políticas públicas para o setor de forma ampla e sem legitimá-las. “Discutir de forma crítica quanto efetivamente o governo brasileiro tem investido em pesquisa, que é muito pouco; quais os problemas que temos hoje com essas políticas em relação à pós-graduação; e os compromissos não-cumpridos desse governo com o financiamento do sistema de educação, particularmente o ensino superior, foram temas de profundos debates na SBPC paralela e, sem

dúvida nenhuma, seria muito bom que essa discussão tivesse espaço na SBPC oficial, afirmou o presidente do ANDES-SN”.

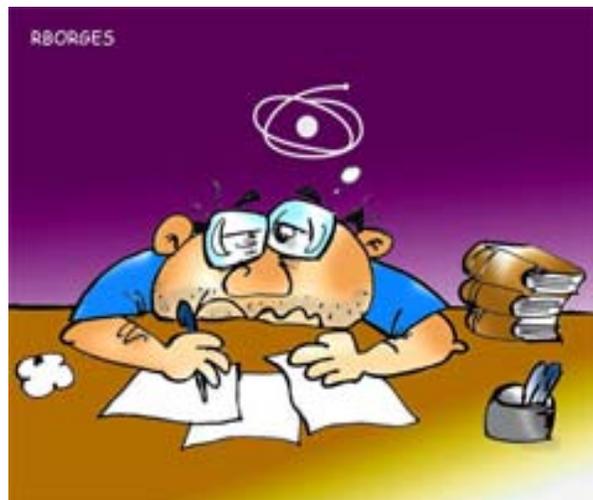
Ciro Correia acredita que a organização das reuniões anuais da Sociedade tem boicotado as sugestões do ANDES-SN por razões políticas. “Por mais que tenhamos solicitado a inclusão desses temas em tempo hábil, a SBPC nos fechou as portas. Isso demonstra que há um viés político na temática da SBPC”, disse.

Para ele, essa concepção contrária não apenas a necessidade de uma ampla discussão, mas também a própria história da Sociedade, “que se colocou como fórum de discussão aberta das necessidades do país desde a época da ditadura, mas infelizmente, tem transformado sua reunião anual cada vez mais num espaço para legitimar as políticas do governo e não para discutir de forma ampla e crítica a real situação dessa área no país”.

Espaço de legitimação e louvação às políticas públicas

Para Ciro Correia, as reuniões anuais da SBPC devem, sim, ter espaço para o governo e para que o setor empresarial coloque suas demandas em relação ciência e tecnologia, no entanto, não deveriam se restringir a isso, como tem ocorrido nos últimos anos. “O que a organização dessas reuniões não pode é fazer com que governo e empresas ocupem todos os espaços, deixando de fora os movimentos sociais, as associações científicas das diferentes áreas de conhecimento e o próprio Sindicato Nacional, que têm sua visão crítica das políticas públicas para o setor”.

Para o presidente do Sindicato Nacional, a SBPC tem se transformado, cada vez mais, num espaço de legitimação e louvação às políticas públicas. José Vitorio Zago compartilha a opinião: “a partir da década de 90, a SBPC passou a se alinhar aos governos. Parte desses tecnocratas e burocratas que hoje dirigem a entidade ganham com isso de alguma forma. Basta ver que o evento foi patrocinado pela fina-flor das “transnacionais brasileiras”, conclui.



O impacto do modelo de avaliação da pós-graduação nas condições de trabalho docente

No dia 17 de julho, os professores João dos Reis da Silva Júnior (UFSCAR), Lucídio Bianchetti (UFSC) e Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP) debateram as condições de trabalho do Docente-Pesquisador e frente às atuais exigências da academia.

O Prof. Reis apresentou estudo - em fase final de elaboração - sobre a intensificação e precarização do trabalho do professor-pesquisador. De acordo com o estudo, que abrange a década de 1995 a 2005, houve: aumento de 15% na criação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), duplicação do número de vagas na graduação e na pós-graduação, diminuição de 25% no financiamento à pesquisa, além de uma década sem reajuste salarial.

O aumento do trabalho e a sua precarização por falta de investimentos acarretam inúmeras consequências ao ensino público superior, e, segundo Reis, existe uma pressão muito forte dentro das IFES para que haja a criação de novos programas de pós-graduação em parceria com setores privados, devido à avaliação feita pela CAPES. Essas parcerias público-privadas aumentam a pontuação das instituições junto ao órgão, conseqüentemente ampliando a possibilidade de obtenção de mais recursos.

Além do aumento das exigências acadêmicas, a defasagem salarial tem contribuído para que, através de pesquisas que interessam puramente o mercado, os docentes busquem nestas parcerias complementar seus salários.

Já para o Professor Lucídio, além da complementação salarial e das condições de trabalho, existe um novo fantasma pairando sob a academia: o “produtivismo”, que afeta diretamente a relação pessoal dentro da instituição. Segundo ele, “o sucesso da instituição é fruto do coletivo” já o “fracasso da Instituição é individualizado”. Ou seja, o individualismo provocado pelo produtivismo acadêmico é uma realidade e tem como consequência o enfraquecimento da categoria e da base sindical.

Em uma pesquisa feita com os coordenadores de cursos de pós-graduação Lucídio constatou a profunda insatisfação e mesmo frustração dos entrevistados diante deste processo no qual eles acabam por ser

algozes de seus orientandos e dos demais professores, mesmo tendo uma visão crítica do processo.

A avaliação da Capes esteve no centro da discussão com o Professor Luiz Carlos, que conhece bem este sistema por ter trabalhado com ele durante um ano. O docente se mostrou preocupado com a nova geração de pesquisadores que está sendo moldada para a produção de pesquisa que atende apenas aos interesses do mercado.

De acordo com o palestrante, existe uma grande diferença entre o pesquisador eficiente e o pesquisador eficaz: “o pesquisador eficaz, ele necessita de formação, ele tem uma visão do conjunto de sua área, ele sabe com grau de probabilidade onde investir de forma significativa na área para produzir um avanço. Este é o tipo de pesquisador que estamos deixando de formar. Estamos optando por formar o pesquisador eficiente, aquele que sabe montar seu projeto, chega a resultados, independente se é algo redundante ou um

detalhe irrelevante do que foi pesquisado”.

Para ele, a única maneira de resistir a esta conjuntura é fazer a mobilização pela base, ou seja, dar condições para que não apenas a base da categoria, mas os movimentos sociais possam interferir nesse processo.



Por Elizângela Araújo (ANDES-SN) e Fernando Piva (Adunicamp S.Sind).



Plenário aprova alteração salarial dos SPF

O plenário da Câmara aprovou em 16 de julho, o projeto de lei de conversão do deputado Magela (PT/DF) para a Medida Provisória 431/08, que altera os salários de cerca de 1,4 milhão de servidores, integrantes de 16 carreiras e categorias do funcionalismo público federal (800 mil servidores) e das Forças Armadas (600 mil). A conclusão da votação, entretanto, deve ocorrer somente em agosto porque precisam ser analisados os destaques apresentados ao texto e não haverá mais sessão deliberativa antes do recesso parlamentar - 18 de julho a 1º de agosto.

As reuniões da Comissão Nacional de Mobilização (CMN) do ANDES-SN estarão interrompidas durante este período.

Senado: piso nacional para professor de escola básica será de R\$950

O Senado aprovou o Projeto de Lei que fixa em R\$950 o piso salarial para os professores de educação básica da rede pública. O valor será pago para os docentes que trabalham 40 horas semanais e será implantado de forma gradual em todo o país até 2010. O projeto já foi sancionado pelo Presidente Lula, em julho. Porém, é preciso que se registre que o novo piso salarial para os docentes da escola básica da rede pública é pífio. Muito aquém do que merece a categoria. Em contraposição, cada senador custa, em média, R\$30 milhões por ano aos cofres públicos, conforme já noticiado pela grande mídia.



ANDES-SN debate IFET e carreira de 1º e 2º grau

Conforme deliberado no 53º CONAD (TO), o ANDES-SN realizou um Encontro Nacional para discutir a implantação dos IFET e a carreira de 1º e 2º grau, em 26 e 27 de julho, em Curitiba.

A partir dos decretos nº 6095/2007 e 6096/2007 (que dizem respeito, respectivamente, ao IFET e REUNI), consolida-se o projeto neoliberal do governo de privatização da educação.

Conforme já divulgado em documentos produzidos pelo ANDES-SN, as Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET) deverão ser responsáveis por formação de técnicos, tecnólogos e professores de matemática, física, química e biologia. De acordo com o governo federal, essas formações não precisam ocorrer em Universidades. O mesmo decreto nº 6.095/07 afirma que os IFET deverão “estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o

cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”. O ANDES-SN considera bastante preocupante a substituição das Universidades na formação de professores dos ensinos fundamental e médio, separando-a da pesquisa básica, implicando em superficialidade e mudança de foco para esta formação.

Carreira docente

O governo propõe uma carreira específica para os docentes dos IFET, que não se baseia no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Denominada “Carreira do Magistério da Educação Básica, Profissional e Tecnológica”, o governo constringe todos os docentes para que assinem o “Termo de Adesão Individual”, até 15 de agosto.

Na avaliação do ANDES-SN, isso poderá significar a renúncia de direitos previstos na carreira anterior, excepcionalmente dos relacionados à aposentadoria.



Informe do Jurídico: ação de 28,86%

A assessoria jurídica da ADUR-RJ informa que a Procuradoria Federal foi intimada, em 2 de julho de 2008, a devolver os autos do processo de 28,86%. O advogado aguarda o desdobramento da ordem judicial.

As carteiras do plano de saúde Unimed Costa Verde, com validade até 2009, já estão disponíveis na sede na da ADUR-RJ.

Professor, envie sugestões de pauta, dicas e artigos para o e-mail:
imprensa@adur-rj.org.br

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537 **Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurrj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares